



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA OFICINA DE AUTOMAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO PENITENCIARIO - DEPEN, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A EMPRESA A DA SILVA LIMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EM GERAL - ME.

PROTOCOLO nº: 15.260.439-4

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, com sede localizada junto à Rua Deputado Mário de Barros, n.º 1.290, Centro Cívico, CEP: 80.530-280, Centro Cívico, Curitiba/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representada pelo CORONEL QOBM ORLANDO ARTUR DA COSTA, conforme Resolução nº 065/2018 de 15 de março de 2018.

CONTRATADO(A): A DA SILVA LIMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EM GERAL - ME, CNPJ nº 20.050.544/0001-75, com sede na Rua A, nº 74 – Açude I, Município de Volta Redonda/RJ, neste ato representado por ADAUTO DA SILVA LIMA RG nº 03709653425 DETRAN/PR e CPF nº 056.138.599-81.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto, pela parte do **CONTRATANTE**, a **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA OFICINA DE AUTOMAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO PENITENCIARIO - DEPEN**, fornecido pela **CONTRATADA** de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Termo de Referência e proposta comercial da empresa.

Item	Qtd.	Produto – LOTE 01	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	Esmerilhadeira; Tipo Angular Industrial, Elétrica 220 V.	710,67	710,67
02	01	Esmerilhadeira, na voltagem 220 V.	712,33	712,33
03	01	Máquina de Solda; Com Gabinete de Chapa de Aço Tratada e Pintada, montada Sobre Rodas de Borracha e Suporte P/ Cilindro.	7.130,00	7.130,00
04	01	Martelete; Corpo Em Liga de Alta Resistencia Pintado.	816,33	816,33
05	05	Máscara de Proteção para Solda; Com Escurecimento Automático.	391,67	1.958,35
06	02	Grifo; Cabeça e Castanha Em Aço	58,87	117,74
07	03	Marreta; Cabeça Em Aço Carbono.	500,00	1.500,00
08	03	Marreta; Em Cobre.	380,00	1.140,00
09	02	Nível de Mão; Corpo Em Alumínio.	46,80	93,60
10	02	Ferramenta Especial para Manutenção de Moto	90,00	180,00



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.

11	02	Jogo de Chave; Chaves de Fenda e Philips.	75,00	150,00
12	01	Arco de Serra; Cortes Até 180mm	16,97	16,97
13	02	Talhadeira; Em Aço Cromo Vanadium	60,00	120,00
14	02	Ferramenta Industrial; Pastilha Intercambiavel	125,00	250,00
15	02	Ferramenta Industrial; Pastilha Intercambiavel (tomeamento)	58,00	116,00
16	01	Bico de corte 1502 n.º 6, para gás acetileno e oxigênio, Produzido em liga especial de cobre de alta qualidade. Unid. de medida: unitário.	26,00	26,00
17	01	Peça de Reposição Macarico; Bico de Corte, Serie 1502, Numero 04, Espessura de Corte 12,7-25,4mm; 10952/sm Industria e Comercio Ltda.; para Acetileno, Pressão 0,3-0,5 Kgf/cm2, Fluxo Gases 0,25-0,35 M3/h. Unid. de medida: unitário.	26,00	26,00
18	01	Ferramenta Industrial; Lima, tipo Bastarda, filetes Duplos; Em Aço Temperado.	40,00	40,00
19	01	Lima; de Aço Temperado; Medindo 12".	40,00	40,00
20	01	Lima; de Aço Temperado; Medindo 12.	45,00	45,00
21	01	Lima; de Aço Temperado; Medindo 12"; Modelo Redonda, Bastarda. Unid. de medida: unitário.	45,00	45,00
22	01	Grampo; Em Aço Temperado.	100,00	100,00
23	01	Grampo; de Aço Nodular; Tipo Carpinteiro; Abertura de 200mm – 8". Unid. de medida: unitário.	186,00	186,00
24	01	Grampo; de Aço Nodular; Tipo Carpinteiro; Abertura de 150mm – 6". Unid. de medida: unitário.	100,00	100,00
25	01	Grampo; de Aço Nodular; Tipo Carpinteiro; Abertura de 100mm – 4". Unid. de medida: unitário.	60,00	60,00
Valor total do Lote			R\$ 15.679,99	

Item	Qtd.	Produto – LOTE 03	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	15	Eletrodo de solda 2,5 mm	19,00	285,00
02	15	Eletrodo de solda 3,25 mm	17,00	255,00
03	05	Solda arame solido cobreado	270,00	1.350,00
04	25	Disco de corte de carbureto de silicio, diametro de 12", furo central de 3/4"	15,00	375,00
05	02	Disco de corte de carbeto silicio, diametro 7 polegadas (178mm), furo central 7/8 polegada (22,2mm)	15,00	30,00
06	62	Disco de corte de carbeto de silicio, diametro 7 polegadas (178mm), furo central 7/8 polegada (22,2mm)	15,00	930,00
07	25	Disco de desbaste com reforço em telas de fibra de vidro, com diametro de 7", com furo central de 22,22mm	40,00	1.000,00
08	25	Gás especial composto por 75% de argônio e 25% de dióxido de carbono	296,40	7.410,00
09	06	Acetileno (c2h2) 99.0% (cornum) ± 1.0% para solda	280,00	1.680,00
10	07	Oxigenio tipo comum, para solda, acondicionado em cilindro com capacidade de 10m3. Unid de medida: Metro cúbico.	95,00	665,00
11	15	Avental de Proteção; Em Raspa de Couro	36,00	540,00
12	15	Luva de segurança em couro (raspa)	15,00	225,00
13	15	Óculos de proteção destinado para serralheiro.	30,00	450,00
14	15	Óculos de protecao destinado para serralheiro	30,00	450,00
15	02	Lubrificante aerosol tipo graxa branca de alta aderência	28,00	56,00
Valor total do Lote			R\$ 15.701,00	

Item	Qtd.	Produto – LOTE 04	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	02	Fluido de Corte; para Usinagem de Material	1.356,50	2.713,00
02	01	Graxa Lubrificante Industrial	38,00	38,00
03	45	Eletrodo de solda composto de carbono, silicio e manganês, com bitola de 2,5 mm, tipo vareta e 6013, para soldagem e ponteamento. Unid. de medida: Quilo.	19,00	855,00
04	45	Eletrodo de solda composto de carbono, silicio e manganês, com bitola de 3,25mm, tipo vareta e 6013, para soldagem e ponteamento. Unid. de medida: Quilo.	17,00	765,00



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

05	15	Solda arame solido cobreado	270,00	4.050,00
06	75	Disco de corte de carbureto de silício	15,00	1.125,00
07	08	Disco de corte de carbeto silício, diametro 7 polegadas (178mm), furo central 7/8 polegada (22.2mm)	15,00	120,00
08	188	Disco de corte de carbeto de silício, diametro 7 polegadas (178mm), furo central 7/8 polegada (22.2mm)	15,00	2.820,00
09	75	Disco de desbaste com reforco em telas de fibra de vidro, com diametro de 7", com furo central de 22,22mm	40,00	3.000,00
10	75	Gás especial composto por 75% de argonio e 25% de dióxido de carbono	296,40	22.230,00
11	21	Acetileno (c2h2) 99.0% (comum) ± 1.0% para solda	280,00	5.880,00
12	23	Oxigenio tipo comum, para solda, acondicionado em cilindro com capacidade de 10m3. Unid de medida: Metro cúbico.	95,00	2.185,00
13	45	Avental de Proteção; Em Raspa de Couro	36,00	1.620,00
14	45	Luva de segurança em couro (raspa)	15,00	675,00
15	45	Óculos de proteção destinado para serralheiro	30,00	1.350,00
16	45	Óculos de protecao destinado para serralheiro	30,00	1.350,00
17	08	Lubrificante aerosol tipo graxa branca de alta aderência, resistente ao calor e a água, utilizado em lubrificação de metais e borrachas, resistente a água com proteção anti-ferrugem, propriedades destilados de petróleo e propelente. Unid. de medida: Frasco 300 ml	28,00	224,00
Valor total do Lote			R\$ 51.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO

2.1 Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 1567/2018, objeto do processo administrativo n.º 15.260.439-4, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 10375, de 13/02/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 Os bens deverão ser fornecidos de forma integral e em parcela única conforme demanda e descritivo no item 1.3 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de **R\$ 82.380,99 (oitenta e dois mil trezentos e oitenta reais e noventa e nove centavos)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da Contratante.

Gestor - Diego Piotrowski Machado, Rg nº 8.114.539-3, CPF nº 045.407.219-84, diegomachado@depen.pr.gov.br, 41-3313-1614.

Fiscal – Rogério Orem de Andrade, Rg nº 10.391.270-9, CPF nº 610.116.651-15, rogorem@depen.pr.gov.br, 41-3589-8401.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 Os bens deverão ser entregues no local Avenida das Palmeiras s/nº, CEP 83301-970, Penitenciária Central o Estado Unidade de Segurança – PCE US, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no termo de referência.

6.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

6.4 O Contratante devolverá o(s) item(ns) ou unidade(s) que não for(em) aceito(s) em razão de defeito(s) ou que não estiver(em) de acordo com a proposta ou com o edital, tendo o Contratado o prazo de até 30 (trinta) dias para substituí-lo(s).

CLÁUSULA SÉTIMA - FONTE DE RECURSOS

7.1 A despesa correrá por conta da **Dotação Orçamentária: 3917.06.421.13.4383 – Gestão do Sistema Penitenciário, elemento de dispensa 3390.30 – material de consumo, Subelemento de Despesa (30.03) – Combustíveis e Lubrificantes para outras finalidades, (30.04) – gás engarrafado, (30.24) – material para manutenção de bens imóveis, (30.26) – material elétrico e eletrônico, (30.28) – material de proteção e segurança, (30.42) – ferramentas, (30.99) – outros materiais de consumo – fonte 101.**

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal (inclusive quanto às Contribuições Previdenciárias), Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação)



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

e Municipal, com o FGTS e a negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo regulamento.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} = \frac{6}{100} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste contrato.

10.2 O(A) CONTRATADO(A) obriga-se especialmente a:

10.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5 indicar representado para representá-la durante a execução do contrato;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

10.2.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.7 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

10.2.8 Além das obrigações constantes na presente cláusula, fica a Contratada obrigada a cumprir com as obrigações descritas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

10.3 O CONTRATANTE obriga-se a:

10.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

10.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

10.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3.9 Além das obrigações constantes na presente cláusula, fica a Contratante obrigada a cumprir com as obrigações descritas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 O contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

11.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

11.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

11.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

11.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 12.7.

11.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

11.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

11.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 12.9;
- h) cometer fraude fiscal.

11.11 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 12.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

11.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

11.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

11.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.15 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

11.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

11.17 Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

11.18 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS DE RESCISÃO

12.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual n.º 15.608/2007;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

12.2 No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

12.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

12.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

13.1.1 O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

13.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

13.4 É permitida a subcontratação de serviços de transporte, armazenamento e assistência técnica.

13.4.1 Demais serviços, a **contratada** não pode transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;

13.4.2 Nas hipóteses de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 0141/2019 - GMS 410/2019.**

14.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

14.2 Este contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

14.3 A Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

14.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 09 de *abril* de 2019.

**CORONEL QOBM ORLANDO ARTUR DA COSTA
DIRETOR GERAL DA SESP
Conforme Resolução/SESP Nº 065/2018 de 15/03/2018**

**ADAUTO DA SILVA LIMA
A DA SILVA LIMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EM GERAL - ME**

TESTEMUNHA 1: *Jose Fernando*
CPF. 070.640.032.307-82
Rg. 048623000

TESTEMUNHA 2:
Reginaldo do Delfino de
Paiva
ID 30.742.409-4